



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Processo nº 19726.105413/2020-84

TERMO

TERMO DE NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

PLANO DE AMORTIZAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS

1. DAS PARTES

A UNIÃO, apresentada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, e o devedor abaixo qualificado:

1. QUALIFICAÇÃO DO DEVEDOR:

Nome	Telemar Norte Leste S.A. – Em recuperação Judicial
CNPJ	33.000.118/0001-79
Endereço	Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.230-070

1. QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome	Camille Loyo Faria
CPF	[REDACTED]
Endereço	[REDACTED]

representado por seu(s) advogado(s), doravante denominado DEVEDOR, com fundamento no art. 190 do Código de Processo Civil e nas Portarias PGFN nº 360/2018 e nº 742/2018.

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual dos conflitos (CPC, art. 3º, § 2º);

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO que as partes processuais devem agir com boa-fé e cooperarem mutuamente para que as demandas postas para análise do Poder Judiciário cheguem a bom termo;

CONSIDERANDO a aderência da proposta apresentada, com as concessões mútuas ajustadas, à garantia e quitação dos débitos fiscais em aberto da situação fiscal do devedor;

FIRMAM o presente NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL (NJP), que tem como objeto os débitos discutidos na Ação Cautelar nº 0025959-25.2005.4.02.5101 e Anulatória nº 0015997-44.2006.4.02.5101, e as garantias relacionadas nos anexos deste documento, por meio do qual fica acertado que:

2. DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª. O presente negócio jurídico processual objetiva o término do litígio judicial da Ação Cautelar nº 0025959-25.2005.4.02.5101 e da Anulatória nº 0015997-44.2006.4.02.5101, com o levantamento, pela Telemar Norte Leste S.A., de todas as cartas de fiança bancária apresentadas no curso da Ação Cautelar (Anexo I), e a utilização dos depósitos judiciais, realizados naquela mesma ação, para fins de garantia e/ou quitação dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União em nome da empresa.

PARÁGRAFO 1º. A Telemar Norte Leste S.A. se compromete a desistir dos recursos interpostos nos autos da Ação Cautelar nº 0025959-25.2005.4.02.5101 e da Anulatória nº 0015997-44.2006.4.02.5101, em curso perante o Superior Tribunal de Justiça, ainda não julgados de forma definitiva, devendo comprovar o cumprimento dessa obrigação através da juntada de cópia das petições de desistência e respectivos protocolos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do presente NJP.

PARÁGRAFO 2º. Os débitos a serem garantidos e/ou quitados pela Telemar Norte Leste S.A. estão integralmente relacionados no anexo do presente NJP, divididos em débitos a serem garantidos (Anexo II) e débitos a serem quitados (Anexo III), dentre os quais, as Certidões de Dívida Ativa nºs 50 7 00 000 729-21, 50 2 10 001414-10, 70 7 10 002492-27 e 70 2 10 006336-67, que foram objeto da ação ordinária e da ação cautelar mencionadas na cláusula anterior, garantidas por carta de fiança bancária nas Execuções Fiscais nºs 0018844-27.2000.4.01.3300, 0524125-54.2010.4.02.5101 e 0514736-45.2010.4.02.5101, excluindo-se os demais débitos já garantidos por depósito judicial, parcelados ou suspensos por força de decisão judicial.

PARÁGRAFO 3º. As cartas de fiança bancária apresentadas para fins de garantia das Certidões de Dívida Ativa nºs 50 2 10 001414-10, 70 7 10 002492-27 e 70 2 10 006336-67, relacionadas à discussão do PAES, serão mantidas nas respectivas execuções fiscais, sendo objeto de quitação apenas a Certidão de Dívida Ativa nº 50 7 00 000 729-21.

PARÁGRAFO 4º. O devedor aceita as condições do Negócio Processual Jurídico, assumindo as seguintes obrigações:

- a) Não questionar a execução de fianças/seguros em razão da recuperação judicial em relação aos casos objeto do Negócio Jurídico Processual, ou seja, às garantias vinculadas às Certidões de Dívida Ativa nºs 50 2 10 001414-10, 70 7 10 002492-27 e 70 2 10 006336-67;
- b) Não promover o levantamento dos depósitos judiciais objeto do Negócio Jurídico Processual, após o encerramento de ações com decisão de mérito que desconstitua os débitos garantidos, enquanto houver outros débitos exigíveis, inscritos em dívida ativa da União, em nome do devedor;
- c) Utilizar os valores descritos na alínea anterior para garantia, total ou parcial, de inscrições que permanecerem exigíveis na data em que for reconhecido o direito ao levantamento;
- d) Utilizar eventual excesso de garantia vinculado à Certidão de Dívida Ativa nº 70 4 17 000049-18 (Funttel) para a garantia/quitação de outra inscrição com garantia de menor liquidez, devendo ser priorizadas as inscrições relacionadas na alínea “a”, objeto das ações judiciais que deram origem ao

presente acordo;

CLÁUSULA 2ª. São objeto do presente negócio jurídico processual os débitos, processos e garantias relacionados nos anexos deste documento.

CLÁUSULA 3ª. O devedor identificado no presente NJP confessa de forma irrevogável e irretroatável a dívida que será objeto de quitação no presente negócio jurídico processual, cujos débitos inscritos em dívida ativa da União estão relacionados no Anexo III.

3. DO PLANO DE QUITAÇÃO/GARANTIA

CLÁUSULA 4ª. Os depósitos judiciais efetuados nos autos da Ação Cautelar nº 0025959-25.2005.4.02.5101, na importância de R\$ [REDACTED] (valor atualizado para outubro/2020), serão aproveitados para pagamento ou garantia dos débitos objeto do presente acordo, através da expedição de ofício à Caixa Econômica Federal pelo Juízo da 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Juízo de origem das ações onde os depósitos foram originalmente realizados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Tais débitos se referem aos tributos federais vencidos e não pagos, já inscritos em dívida ativa da União, relacionados nos Anexos II e III do presente NJP, e serão quitados e/ou garantidos da seguinte forma:

- a) As inscrições relacionadas no Anexo III, com exceção da 50 7 00 000 729-21 (BA), serão quitadas através do levantamento dos valores depositados até o montante necessário para a quitação, e imediato recolhimento das GPSs emitidas na data da operação pela União, no montante atualizado das inscrições;
- b) Os valores depositados serão transferidos para garantia das inscrições objeto do Anexo II, através do levantamento do montante necessário à garantia do débito, e novos depósitos vinculados a cada inscrição relacionada;
- c) O restante depositado será utilizado para quitação da Certidão de Dívida Ativa nº 50 7 00 000 729-21 (BA), através da transformação em pagamento definitivo dos depósitos mais antigos, realizados em 30/12/2005 e 31/01/2006, e posterior apropriação destes recursos ao crédito;
- d) O saldo devedor da Certidão de Dívida Ativa nº 50 7 00 000 729-21 (BA), será devidamente quitado pela Telemar Norte Leste S.A., mediante guia de recolhimento DARF, sob pena de constrição judicial, independentemente de prévia notificação, manifestando o devedor desde logo anuência com a sua realização, preferencialmente em dinheiro, na forma do art. 854 do CPC;
- e) O depósito judicial a ser transferido e vinculado às Ações Anulatórias nºs 1044118-63.2020.4.01.3400 (DF) e 5046404-54.2020.4.02.5101 (RJ) deverá ser mantido nos respectivos processos

independentemente de eventual decisão determinando a suspensão da exigibilidade dos débitos;

4. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

CLÁUSULA 5ª. O devedor declara que está de pleno acordo com a sistemática utilizada e com os cálculos aritméticos realizados nos Anexos II e III.

CLÁUSULA 6ª. O presente NJP é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, ficando, porém, sujeito à condição resolutória de sua ulterior homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, onde deverá ser formulado o pedido de desistência/ renúncia.

CLÁUSULA 7ª – A Telemar Norte Leste S.A se compromete a realizar todos os atos necessários ao cumprimento do presente negócio jurídico processual, inclusive a indicação nos autos da Ação Cautelar nº 0025959-25.2005.4.02.5101 dos processos e inscrições aos quais serão vinculados os valores oriundos do montante mencionado na Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 8ª - A Telemar Norte Leste S.A declara sua anuência com as hipóteses previstas no art. 12 da Portaria PGFN nº 742/2018, referentes às causas de rescisão do NJP.

Assim, estando livremente ajustados, as partes firmam o presente para que produza os regulares efeitos.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Batista Habitzreuter, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 22/10/2020, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Rebelo Ramos da Silva, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 22/10/2020, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Augusto Ferreira Barreto, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 22/10/2020, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Luis Campos Tristão, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 22/10/2020, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Martins Pestana, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 22/10/2020, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Reis e Montenegro, Usuário Externo**, em 23/10/2020, às 07:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11266971** e o código CRC **AEC39632**.

Referência: Processo nº 19726.105413/2020-84.

SEI nº 11266971